



CPR - ARMADA da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS



BOLETIM



Nº: 3/ 2006
Data: 27 Setembro

Editorial

O que acontecerá no dia 1 de Janeiro de 2007?

Esta é uma dúvida que, como muitas outras, nos assaltam a todos sem resposta oficial. A contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão nas carreiras retributivas vai ser descongelada e os camaradas verão os seus vencimentos acrescidos dos escalões a que têm direito ou não? Haverá um novo modelo de carreiras militares e retributivas para serem implementados ou não? Se sim quais? Que impacto terão esses novos modelos nos quadros orgânicos? Que sentido faz estar em marcha uma profunda reestruturação no Exército em paralelo com os trabalhos do Grupo de Trabalho para a Reestruturação das Carreiras dos Militares das Forças Armadas (GT RCMA)? Como se articularão os novos modelos de carreira com as medidas em curso nos restantes quadros especiais da FP?

Estas são algumas das interrogações que nos assistem quando se aproxima mais uma data limite para que possamos optar em consciência: 31 de Dezembro de 2006. O exemplo mais recente, do fim do ano transacto, não é de molde a descansar-nos.

Sabemos que o Governo impôs um novo modelo de passagem à Reserva e Reforma dúbio, com o DL 167/2005, sem esclarecer concretamente as dúvidas que suscitou. Os CEM, com boa vontade, mas precipitadamente, deram as suas interpretações, mas, desautorizando-os, a CGA veio negar aquilo que os chefes tinham afirmado aos seus homens. Estes escreveram uma carta ao ministro (entretanto, pelo sim pelo não, já está noutra pasta) que a remeteu ao PM, e até hoje não obtiveram resposta que revogasse a interpretação do senhor Serafim Amorim. Portanto, quanto a esta via e até

mais ver, estamos conversados.

E quanto a vencimentos? Como será, vamos ter aumentos que cubram pelo menos o diferencial entre a inflação real de 2006 e o aumento verificado, recuperando assim uma pequena parcela dos prejuízos resultantes de anos consecutivos de congelamento forçado e de aumentos inferiores à inflação? Terá, pelo menos, em conta que o aumento seja ao nível da inflação expectável para 2007?

Iremos ver resolvidos os problemas do complemento de pensão para os nossos reformados, a lei dos incentivos aos camaradas em RC e RV, o fundo de pensões saneado, a ADM com dotação suficiente para fazer face às despesas reais com a saúde, salvaguardando o património do IASFA?

O OE (Orçamento de Estado) irá contemplar verbas suficientes para fazer face à resolução destes problemas ou ignorá-los-á uma vez mais? Sabemos uma coisa pela experiência associativa: se não nos mantivermos e unidos, firmes e se não lutarmos, então o quadro das medidas será o mais grave possível. Se lutarmos poderemos não alcançar a totalidade dos objectivos a que nos propomos, mas conseguiremos certamente diminuir o impacto negativo que terão sobre as nossas vidas.

O próprio diploma do congelamento do tempo de serviço para efeitos da progressão nas carreiras retributivas, inicialmente, tal como está na Resolução do Conselho de Ministros de Junho de 2005, era para congelar a contagem de tempo de serviço para todas as carreiras dos quadros da administração pública. Graças à luta conjugado dos vários órgãos representativos deste pessoal, onde nos inseriram contrariando a Condição Militar, conseguiu-se uma versão contemplando só as carreiras retributivas.

**Unidos, lutando com determinação,
haveremos de salvaguardar a Condição Militar!**





A prisão

Alguns saberão que um jovem camarada 2SAR MQ, da guarnição do NRP João Belo, foi punido com 11 dias de prisão que cumpriu na prisão da Armada localizada no interior da ETNA e debaixo do seu comando.

O que aqui nos traz não é a discussão sobre a justiça ou injustiça, a razão, ou a sua ausência, da punição, mas o processo que a originou até ao modo como foi cumprida, não podem passar sem nos pronunciarmos com algumas notas reflexivas.

Em primeiro lugar o facto de o camarada ter sido forçado a apresentar a sua defesa e um requerimento a solicitar a dilatação do prazo para apresentação da mesma debaixo da coacção. Outra coisa não se pode dizer quando a ocorrência se ter dado num dia, o processo concluído no mesmo, bem como a respectiva notificação e, para além da possibilidade de defesa ou da possibilidade de constituir um defensor oficial, ter-lhe sido dito que no dia seguinte destacaria para a Esquadilha e daí para a prisão para iniciar o cumprimento da pena. O que aconteceu debaixo de escolta.

Ou seja, o direito de defesa ficou praticamente anulado por o tempo dado, na prática se ter reduzido a uma noite. Os superiores hierárquicos que assim procederam violaram um dos princípios da Constituição da República Portuguesa, o do direito à defesa e de ser presumivelmente inocente até prova em contrário, bem como pontos do artigo 2º do RDM.

Sobre a pena. É evidente que não somos nenhum tribunal nem juiz nem temos essas pretensões, mas diz-nos a experiência, comparando com outras penas para casos bem mais graves do ponto de vista operacional, que a pena parece desproporcionada o que desvirtua a acção pedagógica e de justiça que, segundo o RDM, se deve obter.

Sobre o regime de prisão, o regulamento e condições da própria prisão. Se é discutível que, tratando-se de uma ocorrência que não tem a ver com a violência nem com ausência ilegítima, não possa ser cumprida num quarto da messe, em regime aberto, já nos parece despropositado que o regulamento da Prisão só permita visitas, seja de quem for, mesmo da família, aos sábados, domingos e feriados das 15 às 17 horas. Nem os presos de delito comum têm este regime restrito de visitas.

Por outro lado, a degradação que se sente nas messes, refeitórios e outras instalações em todas as unidades também aqui se faz sentir. A Prisão não tem água quente para banhos há algum tempo, o que agrava a penosidade e as condições de higiene do cumprimento das penas. Seria útil prestar atenção a estes aspectos porque os detidos também merecem condições dignas de detenção.



BREVES

Uma equipa de Fuzileiros está a cumprir uma missão humanitária e de paz, no âmbito da ONU, na República do Congo. Esperamos que desta vez a Marinha lhes colocado à sua disposição os meios adequados à missão, nomeadamente ao nível de alojamentos, água potável, equipamentos de protecção individual e fardamento adequados ao clima e ao tipo de missão.

A ANS teve oportunidade de dar o seu contributo, fazendo chegar a todos o Guia Prático recentemente reeditado e único em língua portuguesa e adaptado à nossa realidade. A todos desejamos uma boa missão e óptimo regresso com a missão cumprida com o êxito profissional apanágio dos nossos fuzileiros.



Uma nota lamentável tem a ver com o atraso nos novos meios em construção nos estaleiros navais de Viana do Castelo. Sabe-se que a falta de preparação daquela unidade fabril ao nível do projecto e da construção de navios com os requisitos dos vocacionados para as missões militares, está origem do atraso verificado. Se a construção do 1º navio servir de aprendizagem para os restantes, já será um ganho.



Na próxima 3ª feira, na sede da ANS, a Direcção dará uma conferência de imprensa dedicada ao tema das missões no estrangeiro, onde se abordarão temas como o urânio empobrecido e condições de segurança em que os militares são chamados a intervir.

Outros aspectos de carácter socioprofissional serão abordados, tais como: apoio às famílias, legislação aplicável, etc.

Serão, ainda apresentados à imprensa os Guias práticos editados pela ANS de apoio aos militares e suas famílias.

Escalas de serviço

Todos sabemos que a melhor escala é quando não há escala. Mas também todos sentimos que há um certo exagero em muitas unidades relativamente aos serviços para somos escalados.

Não se trata de uma campanha no sentido da abolição das escalas, de serviço, antes uma chamada de atenção para a necessidade da ponderação própria de matérias tão sensíveis como as que retiram os militares ao convívio das suas famílias sem que compreendam as razões originárias.

Isto é tanto mais absurdo quando todos sabemos que o modelo de vigilância utilizado está esgotado, não garante a segurança das unidades, nem a sua disponibilidade para o socorro interno em ocorrências que necessitem de intervenção.

A contrariedade aumenta quando sentimos que o critério em vigor assenta no facto de o serviço de escala não ter reflexos no vencimento dos militares, porque se tivesse já a ponderação criteriosa teria outro peso.

Fica mais uma vez o alerta na esperança que o bem-estar do pessoal se imponha com o peso devido.



A lancha

Na Marinha acontecem coisas avessas à nossa compreensão... ou talvez não. Tem estado em curso na SAN-FLOT a projecção e construção de uma lancha em alumínio, supostamente para operações no mar a efectuar pelo DAE. Não nos compete questionar a necessidade de a Marinha ser dotada de um meio operacional com estas características e funcionalidades.

Porém, tal realização como está a ser conduzida suscita-nos algumas interrogações pertinentes. Tendo a Marinha órgãos na sua estrutura orgânica vocacionados para projectar e construir embarcações, como a DN e o AA, não será irregular que outra estrutura sem especialização própria se abalance a tais feitos? As verbas e outros recursos empenhados neste projecto não seriam melhor empregues em garantir que os navios tenham as instalações de ar condicionado operacional e água potável para os seus elementos, em vez de estes terem de a adquirir à sua custa nas cantinas dos navios?

Já agora, embora de outro âmbito: como é que este meio será aumentado oficialmente na Marinha, clandestinamente? Ou será mais um elefante, cinzento no caso vertente, por onde se escoam as verbas que fazem falta, para pagar os suplementos de embarque a tempo e horas? Que têm a dizer acerca desta invasão nas suas competências o VALM SSM e os CALM DN e AAA?

Muitas outras interrogações se poderiam avançar, mas do ponto de vista socioprofissional colocamos a que reputamos de maior gravidade: quem vai assinar o termo de responsabilidade deste projecto de modo a assegurar, do ponto de vista formal, que as condições de segurança estarão salvaguardadas para os militares que terão de desempenhar funções com aquele meio? A construção naval é uma disciplina rigorosa que não se compadece com amadorismos e boas vontades!

Aguardamos com expectativa o desfecho de mais um caso insólito.

SESSÃO SOLENE DE COMEMORAÇÃO DAS LEIS 3 e 4 /2001

No próximo dia 4 de Outubro, pelas 20h30, nas instalações da antiga Cooperativa Militar, à rua de São José, em Lisboa.

Organização das 4 associações socioprofissionais de militares

Ser sócio da ANS é sinónimo de cidadania e civismo.

Inscribe-te e traz um amigo!



Degradação das instalações navais

Pela enésima vez abordamos neste espaço a questão da degradação das instalações militares, como salas de aula, messes, refeitórios e alojamentos nas unidades da marinha. Há problemas que afectam só as categorias mais baixas e com menor capacidade de influenciar as decisões e a acção de comando, mas neste caso, tanto quanto sabemos o mal-estar é transversal e afecta em algumas unidades mais as instalações destinadas aos oficiais do que as restantes, o que torna a situação ainda mais insólita.

O exemplo público mais recente que conhecemos sucedeu no discurso do Comandante da EF numa cerimónia de juramento de Bandeira onde solicitou ao ALM CEMA que dotasse a unidade de meios para travar o descalabro degradante a que chegou a situação naquela escola de formação e cartão de apresentação aos jovens recrutas que aderem à carreira naval. Foi um acto de comando com grande dignidade que deveria ser estimulado e não repreendido.

Já lá vão dois anos, tínhamos ouvido a mesma preocupação e apelo colocado em reunião da CCPSA (Comissão Consultiva Permanente dos Sargentos da Armada) directamente ao CALM DSP. Obteve-se como resposta que a Marinha já investiu milhares de euros nos últimos anos na recuperação das instalações do pessoal nas unidades da Marinha, nomeadamente naquela escola.

Acreditamos nas palavras daquele responsável pela área do pessoal, mas então é preciso que se apure o que foi feito desses milhares, como foram gastos, que os efeitos recuperadores não se fazem sentir. Antes pelo contrário.

Neste momento a messe de sargentos da BNL, Casa de Sargentos, como está realçado em pedra na respectiva fachada, está um verdadeiro caos. Os urinóis dos sanitários estão tapados com sacos de plástico preto com letreiros indicando INOP. Quanto à micção estamos conversados. Os esgotos de ligação às caixas exteriores entupidos desde das últimas obras, fazem com que os dejectos ora desagüem nos sanitários ora na própria cozinha com as consequências negativas na higiene daquele espaço. Falando em cozinha, temos muitas dúvidas que resista a uma simples inspecção do nível a que hoje se exige em qualquer feira ou mercado onde se confeccionem e vendam alimentos.

As condições de segurança são tão deploráveis que as canalizações do gás estão vedadas com o aperto de arames, por isso recentemente ocorreu uma explosão que feriu um profissional, um cabo cozinheiro. Durante algumas semanas a água quente existente para confecção e lavagens foi a que conseguiram aquecendo-a nas panelas. O piso de todas as cozinhas é impróprio para garantir a segurança de quem lá trabalha. As salas de refeições de sargentos e praças são condicionadas à temperatura que faz lá fora: forno no Verão e frigorífico no Inverno.

Já na Base de Fuzileiros, sabemos que a cozinha da guarnição está INOP e funciona provisoriamente (até quando?) numa cozinha de campanha.

Em conversa com oficiais sobre este quadro diziam eles: vocês estão muito bem, porque se vierem às messes e alojamentos de oficiais verão que ainda é pior; o que só nos pode deixar ainda mais preocupados e apreensivos, pois indicia que aqueles que deveriam ter um apurado sentido crítico e capacidade para modificarem o que manifestamente está errado, ou o perderam ou não consideram prioritários aspectos determinantes para a saúde, o bem-estar e a motivação do pessoal.

Infelizmente este retrato, que já vai longo, embora incompleto, pode ser estendido à maioria das instalações de pessoal nas muitas unidades da Marinha. Seria interessante que os nossos chefes se preocupassem mais com isso do que com quem continua a escrever e a denunciar estas deploráveis situações.

Isto sim deveria originar pontos vermelhos nas carreiras dos chefes que, tomando conhecimento destes problemas os deixam eternizar sem soluções, e não, como alguns chefes *zelosos* ameaçam, nas carreiras daqueles que corajosamente e abnegadamente têm cumprido com o dever de solidariedade e camaradagem para com os dirigentes associativos. Também aqui há prioridades e atitudes trocadas entre o que sucede e o deveria suceder no interesse da Marinha e dos seus marinheiros. Por este caminho perdem credibilidade as declarações de intenções dos discursos do ALM CEMA e da Directiva Política Naval para o Pessoal onde as palavras qualidade e o bem-estar aparecem com realce.

LISBOA, 28 DE SETEMBRO, 20h30, VOZ DO OPERÁRIO

- Ponto da situação associativa e dos Grupos de Trabalho
- Solidariedade activa com os dirigentes alvo de processos disciplinares
- Descongelamento de escalões, vencimentos e carreiras
- Diferencial de 5 pontos e incumprimentos das leis
- Perspectivas e acções futuras

EM DEFESA DA CONDIÇÃO MILITAR